

VILAÇA, Helena; OLIVEIRA, Maria João

*A religião no espaço público português*

Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2019. 228 p. ISBN 978972727556

TERESA TOLDY

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2021.10402>

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

 <https://orcid.org/0000-0002-2299-3504>

A obra de Helena Vilaça e Maria João Oliveira propõe-se fazer algo bastante arrojado: descrever em cerca de duzentas páginas a religião no espaço público português. Este projeto é tanto mais arrojado e relevante quanto mais existe, à partida, uma necessidade real de fazer retratos detalhados do Catolicismo, considerado a matriz da identidade religiosa portuguesa, bem como da implantação de Igrejas Protestantes, de igrejas e grupos evangélicos e ainda da presença de comunidades islâmicas. A necessidade mencionada relaciona-se com a escassez de estudos quantitativos que sejam capazes de fazer uma análise fina de dados que, embora parecendo não terem relevância estatística, possam ser esmiuçados e aprofundados de acordo com metodologias não só quantitativas, mas também qualitativas. A opção das autoras, mencionada logo na introdução da obra foi, pois, por um estudo quantitativo.

Na apresentação do plano da obra, Vilaça e Oliveira mencionam os três grandes objetivos do livro: o primeiro consiste em identificar e analisar os traços da Igreja Católica, cuja situação afirmam continuar a ser hegemónica na sociedade portuguesa, tanto do ponto de vista jurídico, associado à existência da Concordada com a Santa Sé, como no plano cultural e religioso cujos traços correspondem, segundo as autoras, àquilo que Casanova consideraria ser “uma religião pública”, o que leva a que, na sua opinião, Portugal constitua “um caso de exceção”, isto é, “um dos países europeus menos permeáveis à secularização” (p. 18). O segundo objetivo consiste em analisar as transformações em curso, presentes, nomeadamente, nas formas como a Igreja Católica tem reagido ao que Vilaça e Oliveira designam por “tensões internas”, bem como à legislação nas áreas éticas, sociais e políticas e ainda à “desfiliação religiosa das novas gerações e à pluralidade do campo religioso” (p. 18). O terceiro objetivo é contribuir com este estudo para o avanço de um debate sobre “o estado da religião em Portugal”, debate esse que deverá reconhecer a complexidade da mesma, “combater clichés” (p. 18) e mobilizar investigadores e académicos de áreas diversas para um debate acerca do futuro do “fenómeno religioso” em Portugal.

O livro possui sete capítulos. O primeiro aborda a “matriz política e cultural católica”, nomeadamente, as relações históricas entre o poder político e o poder eclesiástico, os sobressaltos, as continuidades e descontinuidades associadas à dinâmica histórico-política do país, considerando, na sua parte final, que Fátima constitui a marca mais evidente do peso da Igreja Católica na sociedade portuguesa.

---

O segundo capítulo, intitulado “Um caso especial ou uma lenta transformação”, faz uma análise comparada entre indicadores de religiosidade em Portugal e na Europa, que se considera ser “cada vez mais secularizada”.

O terceiro capítulo (“Singularidades da religião em Portugal”) baseado na investigação de Teixeira (2013), já escalpelizada, aliás, por iniciativa do próprio autor, num número da *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia* publicado no ano de 2013, que reuniu contribuições não só de Vilaça, mas também de mais onze autores, regressa à investigação mencionada procurando realçar outras dimensões, como sejam “o perfil sociodemográfico, a inscrição territorial e, ainda, as gradações e variações da prática, os valores e as crenças dos diferentes grupos e posições religiosas” (p. 19).

O quarto capítulo, “Religiosidade popular: ainda e sempre Fátima” debruça-se, mais uma vez, sobre um fenómeno considerado pelas autoras como muito significativo para a definição do perfil do catolicismo português, mas também para as transformações do religioso, já que é um lugar procurado não só por católicos, mas também por crentes de outras religiões ou formas de espiritualidade.

No quinto capítulo faz-se uma descrição com base sobretudo em dados do Anuário Católico, da “Estrutura, reprodução e ação social da Igreja Católica, nomeadamente, no que diz respeito ao “pessoal religioso” (designado habitualmente por clero e religiosos), da organização territorial das dioceses da Igreja Católica, e dos campos de ação da Igreja Católica: a educação, a saúde, o sistema social, apoio aos migrantes, intervenção cultural e mediática.

O sexto capítulo (“Secularização e diversidade interna”) menciona alguns movimentos e grupos eclesiais, bem como os desafios éticos colocados à Igreja Católica: divórcio, procriação medicamente assistida, aborto, homossexualidade, eutanásia, identidade de género e casos específicos (quicá, demasiado específicos) de pessoas individuais que aparecem mencionadas como divergentes das posições oficiais da Igreja Católica.

O último capítulo (“Pluralização do campo religioso”) é dedicado ao historial da presença de igrejas e grupos protestantes e evangélicos no território português, bem como à regulação jurídica dos mesmos.

A leitura atenta e interessada de uma obra tão arrojada, como mencionado inicialmente levanta algumas questões que poderão ser úteis para investigações e debates posteriores. Considerar-se-ão aqui dois tipos de questões: conceptuais e metodológicas.

Começando pelas conceptuais e recordando uma frase de Saint-Exupéry, segundo o qual “a linguagem é uma fonte de mal-entendidos”, poderá dizer-se que alguns conceitos utilizados ao longo da obra, começando, aliás, pelo seu próprio título (“A Religião no Espaço Público Português”), suscitam a necessidade de clarificar o que se entende por espaço público: entende-se a participação no debate e nas decisões que a todos dizem respeito? Ou entende-se uma visibilidade pública traduzida na existência de templos ou de espaços sagrados, por exemplo? A referência a Habermas, relevante, ainda que apresentada de forma muito breve, poderia ser mais explorada, retomando-se, eventualmente, os seus textos de 2006 (*Religion in the Public Sphere*) e de 2011 (“The Political”. *The Rational Meaning of a Questionable Inheritance of Political Theology*). Valeria, eventualmente, a pena retomar a ideia do espaço público como fórum de debate e de participação, nomeadamente,

como enquadramento para o capítulo em que se fala da estrutura, reprodução e ação da Igreja Católica.

Outra questão a esclarecer seria o que se entende por secularização, algo apresentado ao longo da obra como um pressuposto evidente: a separação do Estado e da(s) Igreja(s) não é sinónima da desfiliação religiosa por parte dos cidadãos. São dois planos bastante diferentes. Mais uma vez, o seu cruzamento com a questão da “coisa pública” pode constituir um tópico interessante para a compreensão não só de que há vários níveis e formas de secularização, como também para o entendimento da própria relevância do conceito por si só. Terá alguma vez a religião desaparecido porque as suas instituições foram alvo de uma secularização no sentido da “laicité” – essa, sim, um fenómeno que o próprio Casanova considera ser uma exceção e não uma regra? Poderá ser interessante trazer para o debate a perspectiva de Veit Bader, que, na sua obra *“Democracy or Secularism? Associational Governance of Religious Diversity”* (2007) afirma ser ilusória a ideia de que haverá uma secularização total nas sociedades modernas. Na sua perspectiva, o que será necessário é encontrar formas negociadas de presença pública das religiões, com base no que elas têm a oferecer às democracias liberais.

As autoras insistem na singularidade do caso português no contexto da secularização crescente das sociedades europeias. É importante mencionar que, ao referirem-se às “sociedades europeias”, Vilaça e Oliveira não têm em conta todos os países da União Europeia, algo que não é assessorio ou irrelevante em relação a muitas das temáticas abordadas no livro, nomeadamente, no que diz respeito às questões éticas fraturantes, bem como a formas de tolerância em relação a outras religiões. Seria interessante verificar se o caráter “excepcional” do caso português resistiria a uma análise comparada com países como a Polónia, a Hungria ou a Eslováquia.

No que diz respeito aos novos movimentos religiosos e às novas Igrejas presentes no território: como interpretar o facto de poderem ter resultado de processos migratórios, mas haver muitos casos em que são mais frequentadas por portugueses de origem do que por migrantes?

O que se entende por religião? Aquilo que é institucionalizado? No caso de Igrejas recentes, o estatuto que a Lei da Liberdade Religiosa lhes confere depois de um determinado tempo de existência no país é suficiente para definir grupos como sendo religiões ou comunidades religiosas? Haverá ou não formas de religiosidade e de espiritualidade não institucionalizadas, mas que exprimem o desejo de encontrar sentido? Seria interessante chamar Taylor à colação para explorar este tema. O que é ser crente? Qual o peso da ritualização na auto compreensão do que significa ser crente?

Embora Fátima seja um fenómeno que suscita uma diversidade de aproximações, não fica claro por que motivo num livro com uma abordagem eminentemente sociológica se atribuem quatro páginas às perspectivas dos Papas acerca de tal fenómeno e do próprio “segredo de Fátima”. Entender-se-ia, eventualmente, se uma das perplexidades fundamentais na leitura desta obra não residisse no facto de, tal como diz Habermas, ser necessário entender que quem é religioso também é cidadão e que a reificação do religioso constitui uma abordagem que poderá correr o risco de ser solipsista, como se religião e viver na pólis (isto é, viver na sociedade, numa comunidade) fossem algo decantável. O capítulo sobre os

---

vários campos de ação da Igreja Católica seria um bom ponto de partida para uma análise da relação entre ser crente e ser cidadão, algo – concede-se – que não seria possível tratar em poucas páginas. O mesmo se diga sobre o conceito de “secularização interna”: significa que quando os crentes se envolvem em questões “sociais”, isso é considerado uma secularização interna? Que implicações poderá ter essa percepção para a própria concepção do que é ser crente? E o que significa “o setor laico”?

O capítulo sétimo, sobre a pluralização do campo religioso é, igualmente, muito útil para a compreensão das questões que se colocam sobretudo relativamente aos grupos evangélicos, em concreto, aos grupos pentecostais e neopentecostais. Será possível negar que a sua ideia de “teologia da prosperidade” (mencionada no texto como “Evangelho de sucesso”) tem impactos sociopolíticos? Será útil não mencionar a sua influência política nem sempre positiva (por vezes, concretamente no Brasil atual, muito nefasta?).

O segundo ponto de debate está relacionado com a metodologia adotada. É compreensível que a escassez de dados estatísticos sobre a religião em Portugal constitua um obstáculo para uma obra que pretende apresentar um panorama da religião em Portugal. As autoras procuraram superar essa dificuldade apresentando dados de várias fontes, nomeadamente, da atualização dos dados recolhidos numa investigação internacional (entre 2008 e 2013) na qual as autoras participaram (o GERICR – Groupe Européen de Recherche Interdisciplinaire sur le Changement Religieux) e da qual resultaram duas publicações: uma, em 2012; outra, em 2015; de dados apresentados em investigações lideradas por Alfredo Teixeira (2011, 2012 e 2013); das rondas de 2004 e 2012 do European Social Survey e de dados do Pew Research Center, datados de 2018. Ao longo da obra, aparecem também dados do Anuário Católico online que, contudo, não possuem data, mas foram consultados em 2018. Ora um dos problemas que se coloca é o da dificuldade de desenhar este panorama a partir de fontes de dados cujos indicadores podem ser muito diferentes, logo não passíveis de uma compatibilização frutuosa e passíveis de uma leitura parcial. Um exemplo destes equívocos, aliás, proveniente da mesma fonte de informação, é a afirmação de que, segundo o Pew Research Center (2018), “os portugueses são os europeus mais antissemitas”, afirmação de uma gravidade sem necessidade de explicação, embora, em Portugal, pareça não existir a mesma sensibilidade que existe noutros países acerca das consequências destas afirmações. De facto, o próprio Pew Research Center, nos dados mencionados, faz uma introdução à leitura dos mesmos dizendo o seguinte: “estes dados têm de ser apresentados com cautela: não se destinam a medir a islamofobia e o antissemitismo de uma forma robusta ou abrangente, mas sim a captar alguns sentimentos expressos acerca destes grupos minoritários (<https://www.pewforum.org/2018/05/29/nationalism-immigration-and-minorities/>). Além disso, os dados apresentados não se referem a todos os países da União Europeia, pelo que não podem ser interpretados como traduzindo o que “os europeus” pensam. O mesmo centro de sondagens, em 2019, apresenta um quadro sobre a visão de países europeus acerca dos judeus e conclui que mais de metade dos países incluídos na sondagem tem uma visão favorável dos judeus. Os países com opiniões menos favoráveis (não incluídos na sondagem anterior) são a Polónia (31%), a Eslováquia (30%) e a Grécia (38%). Portugal não aparece neste estudo (<https://www.pewresearch.org/global/2019/10/14/minority-groups/>) e todos os países mencionados são europeus.

A obra de Helena Vilaça e Maria João Oliveira, além do mérito de arriscar uma visão panorâmica num país onde, estranhamente, a religião não é estudada na proporção da sua presença na sociedade, constitui, sem dúvida um ponto de partida útil e interessante para gerar aquilo que as próprias autoras mencionam como o seu terceiro objetivo: contribuir para o avanço de um debate sobre “o estado da religião em Portugal”, reconhecendo a complexidade da mesma, “combater clichés” (p. 18) e mobilizar investigadores e académicos de áreas diversas para uma análise do presente e do futuro do “fenómeno religioso” em Portugal – uma análise com fundamentos teóricos sólidos.